



# **A EXPANSÃO/INVASÃO DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MATOPIBA**

THE EXPANSION/INVASION OF AGRIBUSINESS IN THE CERRADO AND THE DETERRITORIALIZATION OF TRADITIONAL COMMUNITIES IN MATOPIBA

## **João Antonio de Carvalho Fonseca**

Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Volta Redonda. Membro da Pasta de Eventos da Liga Acadêmica de Direito (LADI - UFF/VR). Diretor de Comunicação e Eventos do Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros (CADOM - UFF/VR). Diretor Comercial da Ímpeto Empresa Júnior Jurídica (UFF/VR). E-mail: joaoacf@id.uff.br.

## **Leticia Fernandes Melo**

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Volta Redonda. Membro da Pasta de Iniciação Científica da Liga Acadêmica de Direito (LADI - UFF/VR). Membro do Laboratório em Justiça, Ambiente, Cidades e Animais (LAJACA - UFF). Monitora da disciplina de Direito Civil I (UFF/VR). E-mail: leticia\_fm@id.uff.br.

## **RESUMO**

O tema central do artigo é a análise da desterritorialização dos povos tradicionais no Cerrado, especialmente na região de MATOPIBA, em decorrência da expansão do agronegócio. A delimitação do tema se concentra nas tensões geradas entre as comunidades tradicionais e os interesses econômicos que têm promovido a exploração do bioma, o segundo maior do Brasil, cuja biodiversidade e funções ecológicas estão ameaçadas. O problema de pesquisa reside na identidade dos conflitos territoriais que emergem dessa exploração, destacando as violências sofridas pelas comunidades locais e a degradação ambiental. A hipótese proposta é a de que a expansão do agronegócio está diretamente relacionada a um processo de desterritorialização das comunidades tradicionais, resultando na perda de suas terras e modos de vida. Este estudo busca atingir o objetivo geral de analisar essa desterritorialização, relacionando-a aos direitos dos grupos tradicionais e ao crescimento do capital agrícola na região. Os objetivos específicos incluem definir os conceitos de desterritorialização e territorialidade, compreender as raízes coloniais da expansão do agronegócio em MATOPIBA e analisar o impacto dessa invasão nos modos de vida das comunidades, com foco no Quilombo Puraquê, no Maranhão. Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica, começando pela análise da expansão agrícola no Cerrado para, em seguida, investigar os conflitos territoriais na área específica de MATOPIBA. Como resultados parciais, identificou-se que a expansão do agronegócio na região revela a intersecção entre interesses capitalistas e heranças coloniais, desafiando os direitos territoriais das comunidades tradicionais e perpetuando um colonialismo contemporâneo. O caso do Quilombo Puraquê exemplifica a resistência dessas populações frente à desterritorialização e à perda de suas terras e modos de vida.



**PALAVRAS-CHAVE:** MATOPIBA; Desterritorialização; Agronegócio; Comunidades tradicionais.

## **ABSTRACT**

The central theme of the article is the analysis of the desterritorialization of traditional peoples in the Cerrado, particularly in the Matopiba region, as a result of the expansion of agribusiness. The delimitation of the theme focuses on the tensions generated between traditional communities and the economic interests that have promoted the exploitation of the bioma, the second largest in Brazil, whose biodiversity and ecological functions are threatened. The research problem lies in the identity of the territorial conflicts that emerge from this exploitation, highlighting the violence suffered by local communities and environmental degradation. The proposed hypothesis is that the expansion of agribusiness is directly related to a process of desterritorialization of traditional communities, resulting in the loss of their lands and ways of life. This study aims to achieve the general objective of analyzing this desterritorialization, relating it to the rights of traditional groups and the growth of agricultural capital in the region. The specific objectives include defining the concepts of desterritorialization and territoriality, understanding the colonial roots of agribusiness expansion in Matopiba, and analyzing the impact of this invasion on the ways of life of the communities, focusing on the Quilombo Puraquê in Maranhão. Methodologically, the article adopts a deductive approach, starting with the analysis of agricultural expansion in the Cerrado and then investigating the territorial conflicts in the specific area of Matopiba. The procedural method is observational, allowing for the analysis of reality without experimental manipulation. The research is classified as basic, qualitative, bibliographic, and documentary, reflecting its nature and research objectives. As partial results, it was identified that the expansion of agribusiness in Matopiba reveals the intersection between capitalist interests and colonial legacies, challenging the territorial rights of traditional communities and perpetuating contemporary colonialism. The case of Quilombo Puraquê exemplifies the resistance of these populations against desterritorialization and the loss of their lands and ways of life.

**KEYWORDS:** MATOPIBA; Desterritorialization; Agribusiness; Traditional Communities.

## **1. INTRODUÇÃO**

O Cerrado, segundo maior bioma brasileiro, vasto em biodiversidade e sociodiversidade, apelidado de “caixa d’água do Brasil” por concentrar nascentes dos rios Tocantins e São Francisco e as bacias dos rios Paraguai e Paraná, vem sendo violentado pela expansão/invasão da fronteira agrícola. Estima-se que a intensa exploração do agronegócio, realizada através da abertura de pastos e lavouras para a produção de commodities agrícolas, já suprimiu mais da metade da cobertura vegetal original do bioma (Atlas do Agronegócio, 2018, p. 15).



A tensão entre territorialidades, desencadeada no Cerrado por essa exploração econômica, gerou intensos conflitos na região, sobretudo a partir de 1960, quando a capital federal do país foi transferida para Brasília (CPT, 2022, p. 10). Juscelino Kubitschek, presidente à época, através de discursos permeados pela colonialidade, destacou essa transferência como promessa de interconectar as diferentes regiões do país para impulsionar o desenvolvimento nacional através da “marcha para o interior em sua plenitude” (Brasília, 1957, p. 2).

A ocupação prévia das comunidades tradicionais no Cerrado foi ignorada diante do incentivo à conquista dos ditos sertões inexplorados e da exaltação do heroísmo dos que se aventurassem a enfrentar a natureza supostamente intocada e desocupada. Trata-se dos mesmos princípios da colonização portuguesa que justificaram o extermínio dos povos originários e a degradação dos ecossistemas. Assim, o velho mito bandeirante passou a ser utilizado para implantar o projeto desenvolvimentista nacional (Oliveira, 2023, p. 19).

Atualmente, o Matopiba – região que abrange mais de 8 milhões dos hectares nacionais, cujo nome designa a junção das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – é um dos principais fronts de expansão/invasão do agronegócio no Cerrado (CPT, 2022, p. 59). O capital especulativo de terras com a monocultura de soja e de outras commodities, incentivado pelo Estado Brasileiro, é relacionado diretamente às ações violentas de desterritorialização contra as comunidades tradicionais locais. Assim, o projeto desenvolvimentista nesse local segue manchando de sangue os territórios dessas comunidades. Isso se dá por meio da expropriação das terras, a qual representa grave violação aos direitos humanos não só desses grupos, mas da humanidade em sua pluralidade.

Nesse sentido, pretende-se, com a presente investigação, atingir o objetivo geral de analisar a desterritorialização dos povos tradicionais no Matopiba, resultado dos conflitos de territorialidades relacionados aos direitos destes grupos e aos interesses na expansão do capital agrícola. Procura-se, como objetivos específicos: (i) definir os conceitos de desterritorialização e territorialidade; (ii) compreender as raízes coloniais e desenvolvimentistas da expansão do agronegócio em Matopiba; e, por fim, (iii) analisar o impacto desta expansão/invasão, intensificada a partir de 1960, nos modos de vida das comunidades tradicionais locais, adotando-se como exemplo o Quilombo Puraquê, no estado do Maranhão.

A hipótese da pesquisa é a de que a expansão do agronegócio no Matopiba resulta em um processo de desterritorialização das comunidades tradicionais, levando à perda de suas terras e modos de vida. Em termos metodológicos, adota-se uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica.



A justificativa da investigação reside na necessidade de reafirmar a importância socioambiental do Cerrado frente à degradação causada pela expansão do agro. Ao final, concluiu-se que a análise histórica do desenvolvimento do Cerrado revela a continuidade de práticas coloniais que desconsideram as populações tradicionais e promovem a exploração intensiva dos elementos naturais.

## **2. ANÁLISE DOS CONCEITOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE**

Na região de Matopiba, a expansão do agronegócio representa uma ameaça direta à territorialidade das populações tradicionais. Máira Mathias (2017), em sua reportagem "Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital", destaca que a chegada das grandes monoculturas, como a soja, não só desmata vastas áreas do Cerrado, mas também desaloja as comunidades que ali vivem, rompendo seus vínculos históricos e culturais com a terra. A desterritorialização, neste sentido, é acompanhada pela destruição da territorialidade, na medida em que estas comunidades perdem seu espaço vital e são forçadas a migrar ou a adaptar-se a novas e muitas vezes hostis condições de vida. Por isso, compreender os conceitos de desterritorialização e territorialidade é fundamental para uma análise aprofundada desses conflitos e suas implicações socioambientais.

A desterritorialização refere-se ao processo de remoção de indivíduos ou comunidades de suas terras e à ruptura de suas conexões socioculturais e econômicas para com elas, seja por meio de mecanismos legais, econômicos ou violentos. No Matopiba, este processo é frequentemente facilitado por políticas governamentais que incentivam a especulação de terras e a concentração fundiária. Assim, as terras, muitas vezes adquiridas por preços abaixo do valor de mercado ou por meio de grilagem, são retiradas das mãos de seus ocupantes tradicionais. A legalização e regularização fundiária são utilizadas para legitimar essas aquisições, ignorando os direitos das comunidades locais.

Os conflitos em Matopiba são frequentemente violentos, envolvendo ações de milícias armadas, despejos forçados e assassinatos de líderes comunitários e ambientalistas. Essas situações são manifestações extremas da desterritorialização, onde a luta pela terra e pelo direito de existir no território se torna uma questão de vida ou morte. A análise de Porto-Gonçalves (CPT, 2022, p. 9) destaca como esses conflitos são estruturais e resultam da colisão entre diferentes projetos de territorialidade: o da monocultura e do capital especulativo versus o das comunidades tradicionais e suas práticas sustentáveis.

Conforme o autor, a territorialidade, por sua vez, diz respeito “à dimensão cultural através da qual determinado grupo social dá sentido à sua relação com o



espaço onde produz/reproduz a vida” (CPT, 2022, p. 9). Em outras palavras, ela descreve a relação de indivíduos e grupos com o território, incluindo as práticas, crenças e identidades que emergem dessa interação. No Cerrado, as comunidades tradicionais desenvolvem formas específicas de territorialidade que envolvem o uso sustentável dos elementos naturais, práticas agrícolas diversificadas e um profundo respeito pelos ecossistemas locais.

Esses conceitos ajudam a entender como a imposição de um modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e na especulação de terras gera violência e marginalização das comunidades locais. Além disso, revelam a resistência dessas comunidades, que lutam para manter suas formas de vida e territorialidades diante das pressões externas e do constante conflito com a lógica do agronegócio, que vê a terra apenas como um recurso a ser explorado para maximizar a produção e o lucro.

### **3. AS RAÍZES COLONIAIS E DESENVOLVIMENTISTAS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATOPIBA, NO CERRADO**

É possível identificar, como uma das muitas raízes históricas da estrutura fundiária nacional, o Tratado de Tordesilhas. Este acordo, estabelecido pelos colonizadores portugueses e espanhóis em 1494, justificou a posse arbitrária das terras brasileiras por parte de Portugal (Sousa; Alves; Bruzaca, 2022, p. 26). O projeto português, traçado para coordenar a sua recente colônia de exploração, implementou o Instituto das Sesmarias, através do qual as terras foram concedidas a particulares, nobres ou pessoas de confiança da Coroa.

Essa concessão, denominada enfiteuse, obrigava tais particulares, os chamados “sesmeiros”, a colonizar e habitar permanentemente as terras, demarcar seus limites e pagar tributos. Por conseguinte, a posse territorial tornou-se elitizada, clientelista, coronelista e latifundiária, o que fez deste um cenário maléfico, já que “gerou vícios no sistema fundiário até os dias de hoje, que reclamam reformulação consistente e séria” (Marques e Marques, 2017).

O período colonial pode ser considerado como o primeiro ciclo de desenvolvimentismo associado à concentração de terras, o qual influenciou a formatação atual do agronegócio. Por outro lado, como marcos teóricos contemporâneos, figura o projeto desenvolvimentista de “desbravamento do interior”, iniciado em meados de 1960, durante o Governo de Juscelino Kubitschek. Posteriormente, o processo de modernização da agricultura, iniciado na ditadura militar, período em que o Brasil foi inserido no mapa de países produtores de produtos primários em território internacional (Sousa; Alves; Bruzaca, 2022, p. 26).

Os governos seguintes deram continuidade a esse processo e consolidaram o sistema de commodities, condicionando o Estado a direcionar incentivos econômicos



para os latifúndios, os quais, através da apropriação ilegal de terras tradicionalmente ocupadas, do uso de alta tecnologia e do plantio em monoculturas, atendem às demandas de matérias-primas de outros países. Trata-se dos fenômenos de internacionalização dos lucros e internalização dos custos socioambientais.

Apesar da exaltação midiática, governamental e social do agronegócio, expressa em slogans como “Agro é tec, Agro é Pop e Agro é tudo”, há evidências de que a estrutura fundiária brasileira é marcada pela concentração de terras nas mãos de cada vez menos produtores. O Atlas do Agronegócio (2018, p. 6), produzido pelas Fundações Heinrich Böll e Rosa Luxemburgo, demonstra que o Brasil, dentre os países da América Latina contaminados pelo legado colonial, ocupa o 5º lugar no ranking de desigualdade no acesso à terra, sendo que 45% de sua área produtiva é concentrada em propriedades superiores a mil hectares, correspondente a apenas 0,91% do total de imóveis rurais.

Ainda conforme o Atlas do Agronegócio (2018, p. 15), o avanço das fronteiras agrícolas ocorre especialmente no Cerrado, onde 178 milhões de hectares são registrados como propriedade privada, somente 7% das áreas são protegidas e se verificam os maiores índices de desmatamento do país. A agropecuária de escala industrial é o principal fator de mudança no uso de terra do bioma e sua expansão afeta principalmente a região de Matopiba, cujo nome indica a junção das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Matopiba, apesar de abranger mais de 8 milhões dos hectares nacionais, possui apenas 10% de sua área protegida, enquanto 57% dos imóveis rurais são propriedades de latifundiários. Os conflitos fundiários se alastram por toda a região, no entanto, nesta pesquisa, o foco é especificamente nos conflitos de territorialidades existentes entre as comunidades tradicionais locais e os representantes do agro, os quais serão descritos no tópico a seguir.

#### **4. IMPACTOS DA EXPANSÃO/INVASÃO DO AGRONEGÓCIO NOS MODOS DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATOPIBA**

A atividade do agronegócio é tida como o principal pilar da economia brasileira, sobretudo por aqueles beneficiados pela capitalização desta; em contrapartida ao superfaturamento monetário, encontra-se a desvalorização da vida humana. A noção implementada de desenvolvimento, que sobrepõe as questões financeiras às sociais, impõe a coação das comunidades consideradas atrasadas por aqueles que lideram a indústria. Sob esta óptica, o agronegócio tem como consequência violações abruptas de direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, além de normas jurídicas internacionais, nas esferas constitucionais e infraconstitucionais. Nessa intelecção, é imprescindível referenciar o princípio disciplinado na Constituição Federal de 1988 da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), reconhecido na Convenção



Americana dos Direitos Humanos (1969) em seu artigo 11 (Sousa; Alves; Bruzaca, 2022, p. 29).

Os embates por terras em Matopiba, especialmente no Tocantins, intensificaram-se significativamente entre 2015 e 2016. Nesse período, o Brasil registrou 1.538 disputas agrárias, das quais 172 estavam relacionadas à água. A Bahia destacou-se com 56 desses episódios. Esses embates impactam camponeses, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, resultando em movimentos de resistência contra o crescimento econômico na região. Desde 1985, a CPT documenta sistematicamente os embates no campo, com 1.438 casos de assassinatos até 2017, sendo Maranhão um dos estados mais afetados (Mondardo; Azevedo, 2019, p. 309).

A título de exemplo, a Comunidade Quilombola Puraquê, localizada no município de Codó, no Maranhão. Os moradores da comunidade, não reconhecida oficialmente pelo poder público, se encontram em uma situação de vulnerabilidade perante as violências provocadas por Benedito Francisco da Silva Figueiredo, ex-prefeito de Codó. O conflito provocado por Figueiredo, também empresário, ameaça as 55 famílias que residem na comunidade há mais de 100 anos e concentram suas atividades de subsistência na região devido à destruição de casas e plantações com tratores e jagunços armados contratados pelo latifundiário, que é um dos proprietários da Líder Agropecuária Ltda. (Fiocruz, 2024).

## **5. CONCLUSÕES**

A análise da expansão/invasão do agronegócio em Matopiba evidencia a intersecção entre os interesses do capital agrícola e as heranças coloniais enraizadas na estrutura fundiária brasileira, representando uma série de desafios aos povos que tradicionalmente ocupam as terras e estabelecem uma relação cultural e identitária com o território. A trajetória de ocupação do Cerrado, intensificada a partir do século XX, não só ignora a presença e os direitos territoriais das populações tradicionais, mas também perpetua práticas que remetem a um colonialismo contemporâneo ao desconsiderar os saberes e modos de vida locais em prol da lógica econômica extrativista. O exemplo do Quilombo Puraquê ilustra a resistência dessas comunidades frente à violência das invasões e violação de sua territorialidade. Assim, confirma-se a hipótese da pesquisa, de que a expansão/invasão do agro resulta em um processo de desterritorialização destas comunidades, levando à perda de suas terras e modos de vida.



## 6. REFERÊNCIAS

BRASÍLIA: **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. Ano 1, n.º 1 01/1957. Disponível em: <https://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

COSTA, Amanda; SANTOS, Valéria Pereira (Coord.). **Conflitos, massacres e memórias: das lutadoras e lutadores do Cerrado**. Goiânia: CPT, 2022.

FIOCRUZ. **Comunidade Quilombola de Puraquê luta por titulação de território, desapropriação de latifúndios, reforma de estradas, construção de escolas e postos de saúde e contra a ameaça de empresário**. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil da Fundação Oswaldo Cruz, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/u5IJM>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MARQUES, Benedito F.; MARQUES, Carla Regina S. **Direito Agrário Brasileiro**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597009118. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009118/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MATHIAS, Maíra. Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital. **Fiocruz**, 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Revista NERA Presidente Prudente**, v. 22, n. 47, pp. 296-320. Dossiê - 2019 ISSN: 1806-6755.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. As transformações no cerrado e da relação homem/natureza nos 200 anos da viagem de August de Saint-Hilaire a Goiás (Brasil): The transformations in the cerrado and of the relationship between man and nature in 200 years of August's Saint-Hilaire journey to Goiás. (2023). **Revista De História Da UEG**, 12(2), e222306. <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v12i2.13875>.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (orgs.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SOUSA, Maria Fernanda Alcantara Oliveira de; ALVES, Maria Rhafisa de Souza; BRUZACA, Ruan Didier. A Tensão Jurídica e Socioambiental entre o Agronegócio e as Comunidades Tradicionais do Matopiba como Obstáculo a Perspectiva do Bem Viver. In: **Conflitos socioambientais, territorialidades e fronteiras**. Amanda Ferraz da Silveira, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Ener Vaneski Filho, Manuel Munhoz Caleiro, Rachel Libois (org.). t. II. - Curitiba, PR: CEPEDIS, 2022, p. 25-41.